



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS – ICSA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

JOSIAS ALVES PEREIRA DOS SANTOS

**SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO. ANÁLISE DO CENTRO MUNICIPAL DE
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DE ITABIRITO/MG**

Mariana - MG, 2022.

JOSIAS ALVES PEREIRA DOS SANTOS

**SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO. ANÁLISE DO CENTRO MUNICIPAL DE
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DE ITABIRITO/MG**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social pela Universidade Federal de Ouro
Preto.

Orientador: Prof. Dr. André Mayer.

Mariana - MG, 2022.

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S237s Santos, Josias Alves Pereira dos.

Serviço social na educação análise do centro municipal de atendimento educacional especializado de Itabirito/MG. [manuscrito] / Josias Alves Pereira dos Santos. - 2022.
57 f.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Monteiro Mayer.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Educação. 2. Serviço social. 3. Itabirito (MG). I. Mayer, André Luiz Monteiro. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 364.4(815.1)

Bibliotecário(a) Responsável: Edna da Silva Angelo - CRB6 2560



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL



FOLHA DE APROVAÇÃO

Josias Pereira Alves dos Santos

Serviço Social na Educação. Análise do Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado de Itabirito/MG

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 23 de maio de 2022

Membros da banca

Dr. André Mayer - Orientador(a) - Universidade Federal de Ouro Preto
Dr. Roberto Coelho do Carmo - Universidade Federal de Ouro Preto
Dr. Rodrigo Fernandes Ribeiro - Universidade Federal de Ouro Preto

Prof. André Mayer, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 30/05/2022



Documento assinado eletronicamente por **Andre Luiz Monteiro Mayer, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 30/05/2022, às 10:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Coelho do Carmo, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 30/05/2022, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Fernandes Ribeiro, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 30/05/2022, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0334686** e o código CRC **D1EEDA46**.

*Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela
tampouco a sociedade muda (Paulo Freire).*

DEDICATÓRIA

Dedico o presente trabalho ao Deus que acredito, a minha família em específico a minha mãe, Sra.^a Selma, aos meus amigos que de forma potente fizeram do caminho algo mais tolerável, aos docentes e técnicos administrativos que com empenho fizeram da minha formação enriquecedora, a Assistência Estudantil que tornou possível a minha permanência na Universidade, e a Secretaria Municipal de Educação da Cidade de Itabirito – MG, que me concedeu a oportunidade de estágio.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso centra o seu objeto de estudo na análise sistematizada da atuação profissional da Assistente Social que se encontra inserida no Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado (CMAEE) da cidade de Itabirito, cidade localizada no Estado de Minas Gerais. Faz-se como objetivo verificar a atuação dessa trabalhadora frente às demandas do Serviço Social na instituição, de modo a identificar os instrumentos e a instrumentalidade empregada na atuação profissional, realizando uma apreciação crítica acerca da construção e emprego das dimensões teórico-metodológicas, ético-política e técnico-operativa da profissão, fixados no Projeto Ético Político (PEP) do Serviço Social, a partir da década de 1990 após o movimento de reconceituação. Como método utilizado para a construção da pesquisa, prevaleceu-se o materialismo histórico-dialético e como metodologia a revisão de um denso referencial bibliográfico com base em legislações federais, estaduais e municipais, e as construções teóricas da profissão com base na teoria marxiana, alinhado a análise documental que identifica questões relacionadas ao trabalho exercido pelo Assistente Social no campo em questão.

Palavras-Chaves: Educação. Serviço Social. Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado.

RESUMEN

El presente trabajo de fin de curso centra su objeto de estudio en el análisis sistematizado de la actuación profesional del Asistente Social que está inserto en el Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado (CMAEE) de la ciudad de Itabirito, ciudad ubicada en el Estado de Minas Gerais. El objetivo es verificar la actuación de este trabajador frente a las demandas del Servicio Social en la institución, con el fin de identificar los instrumentos y la instrumentalidad utilizados en el desempeño profesional, haciendo una apreciación crítica sobre la construcción y el uso de las dimensiones teórico-metodológicas, ético-políticas y técnico-operativas de la profesión, fijadas en el Proyecto Ético-Político (PEP) del Servicio Social, a partir de los años 1990 después del movimiento de reconceptualización. Como método utilizado para la construcción de la investigación, prevaleció el materialismo histórico-dialéctico y como metodología la revisión de un denso referencial bibliográfico basado en legislaciones federales, estatales y municipales, y las construcciones teóricas de la profesión basadas en la teoría marxiana, alineadas con el análisis documental que identifica temas relacionados con el trabajo ejercido por el Trabajador Social en el campo en cuestión.

Palabras clave: Educación. Servicio Social. Centro Municipal de Atención Educativa Especializada.

LISTA DE SIGLAS

CAPS IJ - Centro de Atenção Psicossocial Infantil Juvenil;

CMAEE – Centro Municipal de Atendimento Educacional especializado de Itabirito/MG;

CER II - Centro Especializado em Reabilitação Física e Visual;

CF – Constituição Federal;

CFESS – Conselho Federal de serviço Social;

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social;

CRE – Centro de referência Educacional;

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social;

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social;

CMEIS - Centros Municipais de Educação Infantil;

MG – Minas Gerais;

MPC – Modo de produção capitalista;

PDE - Plano de desenvolvimento da Educação;

PEP - Projeto ético político;

PET – Programa de Educação tutorial;

SEMED – Secretaria Municipal de Educação;

UBS – Unidade Básica de Saúde;

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. A LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA.....	11
1.1 A LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E A “QUESTÃO SOCIAL” NA ORDEM DO CAPITAL.....	11
1.2 A TENDÊNCIA DE MERCANTILIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS NO CAPITAL E A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO.....	17
2. O SERVIÇO SOCIAL E A “QUESTÃO SOCIAL” EXPRESSA NA EDUCAÇÃO	25
2.1 O SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO BÁSICA.....	25
2.2 O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO SOB ANÁLISE DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DA PROFISSÃO.....	30
2.3 ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO.....	33
3. O ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO EM ITABIRITO-MG.....	36
3.1 ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITABIRITO/MG E O CENTRO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (CMAEE).....	36
3.2 ATUAÇÃO DA ASSISTENTE SOCIAL, ESTRATÉGIAS E PERFIL DOS USUÁRIOS NA EDUCAÇÃO EM ITABIRITO.....	40
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	50

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso é apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), e minha inquietação individual se dá por meio de inserção nas disciplinas práticas: Estágio Supervisionado em Serviço Social I, II e III, onde inicio a atuação como estagiário nas dependências da Secretaria Municipal de Educação da cidade de Itabirito/MG, e começo a ter um contato continuado com o atendimento e acompanhamento sistemático do Serviço Social na Política de Educação. Além disso, inspirei-me a dissertar sobre o presente tema durante a graduação como bolsista em um projeto de extensão na área da educação: *Programa de Educação Tutorial Conexão de Saberes – PET*.

Chamo atenção, especialmente, a ação Extensionista que desenvolvi: o *Curso Popular Pré-Enem Educa PET*, coordenado pelos estudantes vinculados ao PET, comumente denominados por *petianos*, aos quais são pertencentes de diversos cursos da UFOP. Neste projeto atuei como docente das disciplinas de História e Sociologia, o que me oportunizou o contato com a realidade educacional da região, onde verifiquei e analisei de acordo com a minha capacidade teórico crítica às realidades múltiplas de sujeitos que são atravessados pela precarização da Política de Educação pública.

A educação se encontra em constante tensão quanto a sua hegemonia entre classes antagônicas, regidas por um Estado que é o “comitê que administra os negócios comuns de toda classe burguesa” (MARX; ENGELS, 2011, p. 27).

Para os que compreendem que a educação é um direito social, e de todo (a) s, a defesa é de que deve ser laica, gratuita, socialmente referenciada e pública. Para outros segmentos, a educação é um produto e, nesse sentido, deve ser tratada como uma mercadoria, servindo dos interesses do desenvolvimento Capitalista, de modo que pode ser vendida e esvaziada de sentido social (FILHO; FARAGE, 2019. p. 34).

Traça-se, no presente trabalho, o propósito de realizar uma análise bibliográfica e documental sobre o objeto desta pesquisa: a inserção dos Assistentes Sociais na Política de Educação Básica com ênfase na atuação do Assistente Social no Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado (CMAEE), na cidade de Itabirito/Minas Gerais, de modo a investigar as possibilidades e limitações do

trabalho deste indivíduo que compõe a rede de educação da cidade, que se articula a outros trabalhadores, compondo uma equipe multiprofissional.

Como método, verifica-se o emprego do materialismo histórico-dialético, traçando a análise da educação básica com embasamento na teoria Marxiana, entendendo que “[...] o método de Marx não resulta de operações repentinas, de intuições geniais ou de inspirações iluminadas. Antes, é o produto de uma longa elaboração teórico-científica, amadurecida no curso de sucessivas aproximações ao seu objeto” (NETTO, 2011, p.11), investigando mecanismos para diferenciar e construir um modelo de Política de Educação transformadora ao mero e atual elemento mercadológico, entendendo por meio de que “[...] a mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer” (MARX, 2011, p. 157).

Referencia-se como metodologia uma revisão bibliográfica de obras limitadas do autor do método Marxiano, Karl Heinrich Marx, e de autores marxistas, pertencentes inclusive ao referencial teórico do Serviço Social, analisando conjuntamente as legislações presentes referente a Política de Educação e a inserção do Serviço Social nesta política social, bem como a avaliação das considerações que o conjunto de entidades da profissão, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), têm realizado sobre o delimitado tema indicado nos parágrafos acima.

A pesquisa é sistematizada em três capítulos principais, encaminhando-se, num primeiro momento, à abordagem acerca da lei geral da acumulação capitalista e à chamada “questão social”¹ na ordem do Capital, desvelando em seguida as tendências de mercantilização da educação.

No segundo momento, discute-se sobre a atuação do Serviço Social na Política de Educação Básica, abordando a educação como expressão da “Questão social”, realizando a investigação do Serviço Social inserido na Política de Educação, sob a análise das entidades representativas da profissão CFESS/CRESS, delimitando em seguida quais são as atribuições e competências do Assistente Social na área educacional.

¹ “[...] é a manifestação, no cotidiano da vida **social**, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão” (CARVALHO; IAMAMOTO, 1983, p. 77).

No terceiro capítulo, aborda-se a pesquisa objetivada, ou seja, os apontamentos acerca da estrutura da Secretaria Municipal de Educação da cidade, apresentando o trabalho no CMAEE, e desvelando também a condição do trabalho do Assistente Social na Política de Educação em Itabirito-MG, cita-se também que no discorrer da análise documental referenciada no capítulo III, cita-se que para preservar a identidade e quaisquer danos relacionados ao bem-estar e ao contrato de trabalho da atual assistente social do CMAEE, vamos a denominar de Laura Silva, compreendendo ser este um nome fictício.

1. A LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

1.1 A LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E A “QUESTÃO SOCIAL” NA ORDEM DO CAPITAL

O capitalismo se sustenta através de seus meios e modos de produção, oferecendo insumos/mercadorias para além das necessidades básicas a serem supridas cotidianamente, com vistas a manter a taxa média de lucro do capital. O grande questionamento é: como isso é reproduzido pela sociedade como um todo? É através da exploração dos trabalhadores e expropriação do território, favorecendo o acúmulo de capital – como exemplifica a lei geral da acumulação capitalista.

Sendo este mesmo movimento responsável por gerar um excedente de trabalhadores que são protagonistas do numeroso exército industrial de reserva, que é funcional à acumulação e a viabilização da necessidade de acumular, logo, “[...] a acumulação de capital é, portanto, a multiplicação do proletariado” (MARX, 1984, p. 188),

A forma com que os capitalistas usurpam todo o valor produzido pela exploração da força de trabalho é chamada de reprodução *simples*. Já no processo de quando se utiliza metade do valor para uso pessoal, e outro para a produção, é denominado *reprodução ampliada*, sendo essa considerada a mais rentável forma de aplicação de capital. Pelo fato de ter sido aplicado valor acrescido.

O *processo de circulação* da mercadoria se dá no processo produtivo ao gerar a mercadoria que ao entrar no mercado, transforma-se em dinheiro para ser criado outra mercadoria para que possa gerar mais valor.

A mercadoria é a reprodução do próprio produto, e segundo Netto e Braz (2012), a condição indispensável para sua produção é a divisão social do trabalho e a propriedade privada. No entanto, a *circulação mercantil* é utilizada para gerar o processo de *mais-valia*, sendo regido pelo seguinte esquema, desvelado por Netto e Braz (2012):



O movimento do capital se inicia enquanto processo a partir do momento em que um capitalista aplica uma quantia monetária e essa compra matéria prima e

força de trabalho, para assim ser convertida em mercadoria, e esta mercadoria será trocada em maior quantidade monetária, gerando a partir daí o processo de *mais-valia*, o acúmulo de capital. Toda essa rotação tem sua magnitude atingida quando se aplica uma grande quantidade de dinheiro e este ciclo não deve ser interrompido, pois a partir do momento que cessa, gera o que denominamos de *crise cíclica do capital*.

No processo de valorização da mercadoria o capitalista compra capital variável (força de trabalho) – e capital constante (matérias-primas e meios de produção), sendo que no processo apenas a força de trabalho é capaz de produzir “mais-valor”, no sentido de que o valor da força de trabalho é equivalente há x horas e o capital o utilizado por um tempo excedente.

Só é possível obter acúmulo de capital se houver mais-valia, além do mais, a inovação tecnológica é um forte aliado para implementação do capital, como também opressora de mercado e de trabalhadores, pois quanto mais tecnologia, menor a solicitação de força de trabalho. Capitalistas que não possuem grande massa econômica ficam, de certo modo, “para trás”. Por consequência, têm-se a concentração de capital na mão de grandes capitalistas. Já a centralização significa a união destes mesmo capitalistas detendo todo o poder econômico com eles, sendo decorrente esse fenômeno em todo o âmbito de produção material, mas também gera a consequência de uma concorrência cada vez mais reduzida, e potencialmente mais forte.

Logo, considera-se que “[...] toda a forma de movimento da indústria moderna decorre, portanto, da constante transformação de parte da população trabalhadora em braços desempregados ou semi-empregados” (MARX, 1984, p. 201 apud NETTO; BRAZ, 2012, p. ??).

Através da crescente taxa de desemprego, e a consequente formação do exército industrial de reserva, os capitalistas utilizam dessa artimanha para inibir os trabalhadores que formatam o capital variável, seja via remuneração baixa, carga horária elevada e/ou formatando condições precárias de trabalho.

Além de uma grande taxa de desempregados, as máquinas e a tecnologia contabilizam a formação do capital constante que substituem a força de trabalho, diminuindo cada vez mais o número de empregos, a fim de produzir mais, onerando menos.

A precarização das condições reais de trabalho no capital tem se dado também quando o “[...] sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobre trabalho e à submissão aos ditames do capital” (MARX, 1984, p. 203 apud NETTO; BRAZ, 2012) sendo uma relação baseada na lei da oferta e procura, em pressionar o trabalhador inserido no mercado de trabalho a se condicionar a relações precárias de trabalho para garantir a permanência em seu emprego, não reduzindo aqui o debate sobre a contradição entre Capital e Trabalho apenas ao quesito distribuição da riqueza.

Quanto ao exército industrial de reserva, os sujeitos são divididos entre quatro categorias existentes: a flutuante – pessoas que corriqueiramente encontram-se empregadas ou não, logo, têm-se maior aceitação no mercado de trabalho; a latente- imigrantes de zona rural em processo de adaptação a zona urbana; a estagnada que não possui nenhuma possibilidade de se inserir no mercado de trabalho e o lumpemproletariado – parcela mais atingida pelo pauperismo, em condições de vida degradantes e restrita por consequência do acúmulo de riqueza exacerbado sob a égide da elite.

Quanto maior a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências de riqueza. [...] E] quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial (MARX, 1984, p.209 apud NETTO; BRAZ, 2012, p. ??).

O caráter cíclico da acumulação do capital é explicado de forma direta a partir do seguinte trecho, que a:

Queda da taxa de lucro e acumulação acelerada são, nessa medida, apenas expressões diferentes do mesmo processo, já que ambas representam o desenvolvimento da força produtiva. A acumulação, por sua vez, acelera a queda da taxa de lucro, à medida que com ela está dada a concentração dos trabalhos em larga escala e, com isso, uma composição mais elevada do capital. Por outro lado, a queda da taxa de lucro acelera novamente a concentração de capital e sua centralização (MARX, 1984)

Entendendo então que as crises do capital são um fenômeno pertencente e inerente ao próprio sistema, MARX (1983, p. 945) interpreta que:

As crises do mercado mundial têm de ser concebidas como a convergência real e o ajuste à força de todas as contradições da economia burguesa. Os

diversos fatores que convergem nessas crises têm, portanto, de ser destacados e descritos em toda esfera da economia burguesa, e, quanto mais nesta nos aprofundarmos, têm de ser detectadas novas características desse conflito, e ainda é mister demonstrar que as formas mais abstratas dele são interativas e se contêm nas mais concretas.

O pilar do capitalismo é a indústria e a mercadoria, que se configura a partir da revolução de caráter ecumênico e político, junto a Revolução Francesa, com seus pilares básicos de formatação e legitimação: liberdade, fraternidade e igualdade a partir da primeira revolução industrial. Compreende-se também que o capital regulou a produção e reprodução das relações sociais que perpassam o modo de produção capitalista.

Com efeito, ao fim de cada fase produtiva, a resultante social são dois sujeitos que se defrontam tal como no início da fase precedente: a classe que detém o capital mantém-se proprietária dele, a classe que porta a força de trabalho continua só dispor dela. Ao fim de cada fase produtiva, defrontam-se capitalista e proletários, tal como é necessário para que a produção capitalista se inicie (NETTO, 2012. p. 149).

E é diante de uma análise acerca do processo produtivo, vê-se que as expressões da chamada “questão social”, segundo Iamamoto (2000), é por onde o trabalho do Assistente Social intervém, sendo fruto da contradição entre capital x trabalho.

De acordo com Netto (2001), essa expressão surge entre os séculos XVIII e XIX, na Inglaterra em meio a industrialização para caracterizar o pauperismo. Ou seja, falamos aqui das desigualdades sociais geradas por esse sistema de exploração capitalista. Expressões estas que manifestam em diferentes e recorrentes momentos do cotidiano da classe trabalhadora.

Compreende-se, também, que não existe uma nova “questão social”, o que se entende é que a partir dos avanços do capital e do pauperismo, surgem novas expressões de uma mesma “questão social”, como exemplifica Netto e Braz (2012, p. 152), sobre o surgimento do debate acerca da “questão social”:

Surgindo na terceira década do século XIX, justamente quando a base urbano-industrial do capitalismo começava a se firmar e quando prossegue até os dias atuais, quando a acumulação dava seus primeiros passos consistentes, esse debate prossegue até os dias atuais ideólogos a serviço da classe capitalista e mesmo intelectuais desavisados se põem a mencionar uma pretensa “nova questão social” – como se houvesse uma “questão social” que não derive da lei geral da acumulação. Ora, a “questão social” é determinada por essa lei; tal “questão” obviamente ganha novas dimensões e expressões à medida que avança a acumulação e o próprio capitalismo experimenta mudanças. Mas ela é **insuprimível** nos marcos da

sociedade onde domina o MPC [Modo de Produção Capitalista]. Imaginar a “solução” da “questão social” mantendo- se e reproduzindo – se o MPC é o mesmo que imaginar que o MPC pode se manter e se reproduzir sem a acumulação do capital.

As guerras têm um importante papel para o desenvolvimento do capitalismo, pois é a partir da reconstituição de nações pós-guerra que há um potente emprego econômico em pontos específicos da esfera terrestre.

No século XX e na gênese do estágio imperialista do capitalismo foram criadas divisões mundiais entre os países, os chamados 1º, 2º e 3º mundo, que marcavam países desenvolvidos (em sua maioria os europeus), subdesenvolvidos e emergentes, de acordo com Netto (2001).

Uma das formas que o Estado foi utilizado para gerar respostas à “questão social”, se constituiu nos famosos “trinta anos gloriosos” do capital. Naquele momento, o modelo de produção fordista/taylorista, conhecido pela produção em massa e a divisão de tarefas, marca um novo momento no cenário mundial, concretizando a fase do capital monopolista.

Neste momento o Estado passou a investir para que a produção fosse fomentada, gerando demanda e espaço para as políticas públicas como uma espécie de tentativa de equilíbrio social e econômico, como Iamamoto (2000, p. 30) explica no seguinte trecho: “[...] assim, a implantação de uma rede de pública de serviços sociais é parte da chamada regulação keynesiana da economia, uma das estratégias de reversão das crises cíclicas do capitalismo pós-guerra”.

As políticas sociais se concretizam a partir do desenrolar do capitalismo, partindo da teoria liberal em contexto de crise, havendo como marco o crescimento da mais-valia e pela ampliação de direitos sociais no contexto dos trinta anos gloriosos, em países em desenvolvimento de capital dependente, e a própria emergência da revolução industrial, pela formatação e tensionamento da luta de classes. Sendo, então: “[...] desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento [...] às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 51). E no fim do século XIX, desenvolve-se a intervenção do Estado sobre essas expressões.

De acordo com as notas de Netto (2001), a compreensão da “questão social” e seus encargos não surgiram rapidamente. Em dois de seus livros, Karl Marx

abordou sobre a reprodução desse fenômeno, deixando claro que a lei de acumulação capitalista é um grande precursor da “questão social”. Antes do capitalismo havia um déficit de produção e atualmente a fabricação em grande escala é capaz de suprir a necessidade de alimentação de todo o mundo. No entanto, a sua acumulação direcionada a um pequeno grupo, a burguesia, não permite a distribuição igualitária que não seja perpetrada com base no capital.

A produção em massa traz consigo a disputa pela qualidade e rentabilidade, criando, assim, as terceirizações, que têm a intenção de diminuir o emprego de capital variável nas indústrias, o que contribui com a precarização da força de trabalho, uma vez que os trabalhadores são sujeitados a formatos de contratos precários e a tensão de serem pressionados pelo contingente do exército industrial de reserva.

Além disso, surge nesse processo o trabalhador polivalente, que é aquele que não tem função exclusiva atribuída a ele, não sendo mais um trabalhador especializado, pois este exerce diversas funções recebendo o mesmo salário. Fato que ocorre também com o assistente social.

Após os trinta anos gloriosos, em 1970 o capital passa por uma grave e estrutural crise econômica, logo o Estado se reconfigura no estágio neoliberal do capital, utilizando como base a doutrina socioeconômica do liberalismo clássico² e, como consequência, tem-se efeitos destrutivos para a classe trabalhadora, como o desemprego estrutural, a precarização das condições de trabalho e o próprio enxugamento das políticas sociais, acirrando cada vez mais o seu caráter *focalista* e fragmentado, havendo como características: seletivização, neoconservadorismo, refilantropização e a própria precarização das políticas sociais. O tripé do neoliberalismo se ancora na precarização, desregulamentação do mercado e precarização das políticas sociais.

A grande burguesia monopolista tem absoluta clareza da funcionalidade do pensamento neoliberal e, por isto mesmo, patrocina a sua ofensiva: ela e seus associados compreendem que a proposta do ‘Estado mínimo’ pode viabilizar o que foi bloqueado pelo desenvolvimento da democracia política – o Estado máximo para o capital (NETTO, 2012, p. 89)

A defesa e ampliação dessas conquistas e o posicionamento contrário às reformas neoliberais regressivas são desafios permanentes e condições para consolidação da seguridade social pública e universal (BOSCHETTI, 2006. p. 16).

² Cita-se que o liberalismo clássico se constrói anterior ao momento da decadência burguesa, quando esta classe se converte de revolucionária a dominante.

E é então, a partir da década de 1990, que o território brasileiro experiencia as primeiras expressões neoliberais, progredindo entre os governos sucessores a esse momento, causando intensas consequências a classe trabalhadora, como o desemprego em massa, as contrarreformas, a precarização das relações de trabalho, a terceirização, dentre outras nefastas consequências.

1.2 A TENDÊNCIA DE MERCANTILIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS NO CAPITAL E A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

As relações no capital são marcadas pelo fetiche do equivalente geral: o dinheiro. E a sobrevivência humana a partir do marco capitalista é calcada com base nas relações mercantilizadas, a partir do momento em que o sujeito consome e adquire mercadorias, habita, alimenta, acessa a saúde, a educação, a cultura e segue preceitos ideológicos.

Viana (2018) caracteriza o processo de mercantilização em três principais modalidades de consumo: o necessário, o conspícuo e o compulsório. E a mercantilização das relações sociais fazem com que a produção cultural e educacional se transforme em produtos mercantis, sendo convertidos rapidamente em produtos vendáveis a partir do valor de troca.

Onde quer que a burguesia tenha chegado ao poder, ela destruiu todas as relações feudais, patriarcais e idílicas. Ela rompeu impiedosamente os variados laços feudais que atacam o homem ao seu superior natural, não deixando nenhum outro laço entre os seres humanos senão o interesse nu e cru, senão o insensível “pagamento à vista”. Ela afogou os arrepios sagrados do arroubo religioso, do entusiasmo cavaleiresco, da pungência do filisteísmo burguês no cálculo egoísta. Ela dissolveu a dignidade pessoal em valor de troca (MARX; ENGELS, 1988, p. ??).

O capitalismo se encontra entrelaçado às relações sociais, objetificando e mercantilizando-as, assim como é a força de trabalho e a mercadoria produzida. E este trabalhador vende sua força de trabalho para comprar mercadorias produzidas por ele ou outro trabalhador, reproduzindo sempre este mesmo ciclo e essa via de mão dupla se constitui por pontos antagônicos entre si.

Ou seja, quanto maior a produção de riqueza, maior a produção de pobreza, levando em consideração que os trabalhadores em situação de pauperismo têm suas necessidades básicas limitadas aos próprios limites da subsistência.

Segundo Netto e Braz (2012, p. 149), "[...] a reprodução capitalista só é viável se ela reproduzir as relações sociais que põem frente a frente capitalistas e proletários". Ou seja, as classes antagônicas são dependentes uma da outra para gerar a reprodução do capital.

O dinheiro desempenha papel central na mercantilização das relações sociais e é palpável refletir sobre o conceito e aplicabilidade do fetichismo da mercadoria e o processo de mais-valia ocasionado pela própria consolidação das relações sociais.

O caráter transitório da capacidade e consciência dos homens faz com que se possa criar concepções de mundo para além do capital, assim como Mézaros (2005, p. 50) pontua neste trecho: "[...] o domínio da educação institucional e estreita poderia reinar para sempre em favor do Capital". Há em curso disputas ideológicas e de classes antagônicas no entorno de debates sobre a educação, em como se dá os formatos de educação e a formação dos indivíduos que consolidem críticas em relação a expropriação e exploração do capital na qual estamos inseridos.

Por educação, vamos compreender aqui que o seu objeto máximo é a produção de saber, a partir do que Saviani (2012, p. 11) compreende:

A educação é um fenômeno próprio dos seres humanos. Assim sendo, a compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da natureza humana. (...) diferentemente dos outros animais, que se adaptam à realidade natural tendo a sua existência garantida naturalmente, o homem necessita produzir continuamente sua própria existência. Para tanto, em lugar de se adaptar à natureza, ele tem que adaptar a natureza a si, isto é, transformá-la. E isto é feito pelo trabalho.

Em diálogo com essa citação de Saviani, Freire (2005, p. 98-99) argumenta que:

A educação é uma forma de intervenção no mundo. (...) implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Nem apenas reprodutora nem apenas desmascaradora da ideologia dominante. E continua "do ponto de vista dos interesses dominantes, não há dúvidas de que a educação deve ser uma prática imobilizadora e ocultadora de verdades.

Voltando a realidade da mercantilização da educação na ordem do capital, Leher (2011) e Cabral et al (2016) desenvolvem uma crítica ao chamado Teoria do Capital Humano (TCH), impactando diretamente na formação educacional do Brasil e na sua produção de saber, e em gerar enfrentamentos de modelos progressistas

que eram considerados ameaça à ordem, como o modelo desenvolvido por Paulo Freire.

Com o golpe empresarial-militar, a educação passa a ser tema dos Chicago-boys, da Aliança para o Progresso – que passou a enfrentar mais diretamente o “perigo” que representava o marxismo nas universidades brasileiras (LEHER, 2011, p.1).

Neste período houve um crescimento proposital do ensino médio atrelado ao ensino técnico, como Leher (2011, p. 2) argumenta: “[...] a expansão de escolas agrotécnicas e da assistência técnica rural estiveram organicamente vinculadas à chamada Revolução Verde, auspiciada pelo Banco Mundial em sua ofensiva contra insurgente”.

Com a contribuição de intelectuais como Demerval Saviani, a discussão da escola politécnica, da escola unitária “desinteressada”, referências marxistas e gramscianas ganharam força na pós-graduação em educação dos anos 1980, em especial no contexto da constituição do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) em 1987, objetivando intervir no processo da constituinte. Com vitórias relativas na Constituição e derrotas relevantes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o FNDEP, agora impulsionado por combativos sindicatos da educação, se tornou o principal articulador das lutas educacionais. Este movimento foi magnificado com os Congressos Nacionais de Educação (CONED), convocados a partir de 1996, com o objetivo de elaborar um novo Plano Nacional de Educação (PNE) (LEHER, 2011, p.2).

A correlação de forças entre as classes e a mobilização nacional pela educação diminuiu drasticamente no século XX, em decorrência das intervenções estatais diretas. Logo a dimensão popular deve ser colocada em primeiro plano quando nos remetemos aos protótipos e disputa de projetos para a educação, sendo que a classe trabalhadora deve se munir de reivindicação para projetos da educação que realmente caminhe para atender os interesses de classe, acompanhando uma das estratégias que Florestan Fernandes (1976, p. ??) chama de “revolução fora da ordem”, ou seja, a revolução socialista.

O bloco econômico dominante se apropria da educação a partir do momento que toma conta de todos os seus instrumentos e operacionalização, horizontalmente, através das reformas curriculares, formação de professores e estratégias de gestão da escola, a forma que irá ocorrer, que irá se distribuir, ditando e desenhando então o produto final. Como instrumento para a correlação de forças, reforça-se a importância do movimento estudantil, social, de classe, da junção de sindicatos – que não sejam pelegos – e da plena expansão do poder popular. Para

além de toda essa luta, a educação deve se atrelar aos movimentos de classes para que haja a existência e possibilidade de um novo modo societário.

Insistir na formação para além do capital é necessária, boicotando processos como o *epistemicídio*, e realizando estudos comprometidos com a popularização da ciência no seu sentido mais amplo, alargando discussões de viés político e democrático.

Não é possível mascarar a ausência de problemáticas decorrentes do capital se quisermos ter uma identidade comprometida com a revolução e emancipação da sociedade, vislumbrando até mesmo a liberdade, transformando a educação como ferramenta e semeadura deste enorme processo que envolve toda uma sociedade.

É uma necessidade urgente a transformação coletiva, de derrocada do formato de educação burguesa atual, para uma educação que caminhe no sentido de libertação, através do conhecimento, debate e consciência de classe, no movimento de classe em si, para a classe e para si.³

A desigualdade social tem se acentuado no cotidiano da população brasileira e impacta diretamente em situações vivenciadas pelos estudantes no âmbito socioeducacional e sociofamiliar, tendo em vista que 10,1 milhões de adolescentes e jovens entre 14 e 29 anos evadiram da escola em 2020, cujo 71,7% destes adolescentes são pretos ou pardos, como traz a reportagem a seguir:

A exclusão escolar tem diversos fatores relacionados, mas todos estão ligados a uma questão estrutural. A crescente desigualdade e a falta de emprego e renda têm obrigado muitas meninas e meninos, cada vez mais jovens, a saírem de casa para trabalhar e ajudar a manter o sustento da família. E as condições vão ficando mais precárias quando paramos para olhar as questões raciais (SANTOS; RIBEIRO, 2020, s/p.)

Essa realidade desigual precisa ser encarada. Ao mesmo tempo que produz mecanismos para a perpetuação e reprodução do capital, é também possível, a partir da educação, buscar estratégias e ferramentas para outras formas de sociabilidade que estão para além do capital. Portanto, para que isso ocorra, os educadores também devem ser educados de modo a entender o direcionamento ao qual estão sendo treinados.

³ A classe em si torna-se inconsciente de se planejar para reivindicar quaisquer ações trabalhistas que seja coletiva em prol da classe. Já a classe para si torna-se coadjuvante de intensas e coletivas transformações de classe;

E de nada adianta pensar a educação de modo desprendido da totalidade, o capital só pode ser derrubado pelo todo, de nada basta reformismos na educação, pois assim o capital só se fortifica, a educação é protagonista em seu papel estratégico, em gerar possibilidades de pensar nas dimensões acerca da reprodução da vida, sobre o sistema produtivo e a sua condição alienante.

O conservadorismo pode ser lido como reação burguesa reacionária aos valores que o próprio Capital defendia em seu período revolucionário.

O pensamento conservador surge e se desenvolve no contexto da moderna sociedade de classes, marcado por seu dinamismo, por suas múltiplas e sucessivas transições; como função dessa sociedade, não é um sistema fechado e pronto, mas sim um modo de pensar em contínuo processo de desenvolvimento [...] Estruturado como reação ao Iluminismo e às grandes transformações impostas pela Revolução Francesa e pela Revolução Industrial, o conservadorismo valoriza formas de vida e de organização social passadas, cujas raízes se situam na Idade Média. É comum entre os conservadores a importância dada à religião; a valorização das associações intermediárias situadas entre o Estado e os indivíduos (família, aldeia tradicional, corporação) e a correlata crítica à centralização estatal e ao individualismo moderno; o apreço às hierarquias e a aversão ao igualitarismo em suas várias manifestações; o espectro da desorganização social visto como consequência das mudanças vividas pela sociedade ocidental (FERREIRA; BOTELHO, 2010, p. 11-12).

E como no Capital, a ideia conservadora é também moldada podendo ser alinhada da nova ofensiva do modelo societário com o conservadorismo da pós-modernidade e as transformações sobre os processos de trabalho.

A reestruturação produtiva e a financeirização, atreladas ao modelo econômico neoliberal na década de 1990 no Brasil e atravessando os impactos da crise estrutural do capital, ocasionaram grandes consequências à classe trabalhadora como o rebaixamento no salário, precarização do trabalho, além do desemprego estrutural, precarização das políticas sociais, e aos avanços pós-modernos do capital como mercantilização do ensino e ao grande crescimento do ensino à distância, bem como a precarização do trabalho dos Assistentes Sociais e da classe trabalhadora como um todo.

Entender a educação como produto da contemporaneidade é um equívoco, visto que toda a estrutura sofre com impactos do passado, mais precisamente da sociabilidade em que vivemos. Logo, nos remetemos às crises cíclicas que possuem como protagonismo a reestruturação hábil da própria movimentação do Capital a partir de uma depressão profunda, causando então uma crise estrutural, e a última

tem datação aproximada no século XX que tem impactado a queda das taxas médias de lucro até os dias atuais, e estas impactam de forma direta seis frentes principais, sendo estas:

[...] a) o aprofundamento da desigualdade e a ampliação do fosso entre ricos e pobres no interior de cada país e entre os países; b) a necessidade de reconfiguração do papel do Estado, com restrição de sua ação social e apropriação do fundo público; c) a ampliação do uso da força para a manutenção do controle social sobre o(a)s trabalhadores (a)s; d) o aumento do pauperismo; e) uma nova morfologia do trabalho, que redesenha o mundo do trabalho; e f) o recrudescimento do conservadorismo, na busca de ampliação do domínio social (GONÇALVES; FARAGE, 2019, p. 35-36).

Para relacionar este movimento contemporâneo com o trabalho profissional dos assistentes sociais, é preciso lembrar que as expressões da “questão social” são colocadas como objeto de trabalho do Serviço Social, que emergem a partir da contradição entre capital x trabalho e se expressa a partir do cotidiano. Entende-se por política social como uma das formas que o Estado tem de intervir sob as expressões da questão social. E, a partir do arcabouço teórico metodológico da profissão, entende-se que a desigualdade social é gerada a partir desse conflito, pelo caráter de acumulação de riquezas e socialização da pobreza gerada pela sociabilidade vigente.

A Europa entre os anos de 1945-1975 enfrentou o seu estágio de estado social, em que ocorreu aqui uma expansão das políticas sociais, a partir de uma organização societária para além do próprio Estado, que envolveu regulação e reprodução social, ancorado a elementos principais. O primeiro seria a conquista dos direitos políticos, civis e sociais no século XIX, tencionando para que o Estado intervenha no alargamento de direitos e criem políticas sociais, rompendo com a ideia liberal de que o mercado a partir da não intervenção do Estado se regula por ele mesmo.

O segundo elemento é a entrada do capital monopolista, e esta fase do capital tem início no século XIX, em que consta um aumento da atuação das empresas transnacionais de forma descentralizada ao seu país de origem, localizados de forma mais central na Europa e América do Norte, bem como a investimentos financeiros, aumento da tecnologia e o emprego desta nos grandes centros industriais, como também a junção do capital industrial ao bancário, dando ao banco um papel econômico consolidado.

Como consequência, constata-se: pequenos capitalistas sendo extinguidos e capturados pelas grandes indústrias, países que abastecem a outros de capitalismo central – tendo como exemplo o Brasil e sua condição de dependência, sendo usado como força produtiva para os países imperialistas como os Estados Unidos, passando o estado a intervir na idade monopolista do capital para garantir superlucros, desempenhando assim essas múltiplas funções.

A economia, então, passou por mudanças bruscas como maiores taxas de lucro aos setores monopolizados, subconsumo, e maior taxa de desemprego. O capital monopolista direcionou ao Estado o papel de alocar (reunir recursos), distribuir (a partir da importância), estabilizar (repasse do povo) e garantir os superlucros.

O terceiro elemento está ligado à revolução Russa de 1917 que derrubou o czarismo, causando uma polaridade mundial entre o socialismo e o capitalismo, a partir de uma guerra ideológica denominada de Guerra Fria, seguido da crise de 1929, denominada como a Grande Depressão, onde as mercadorias não vendiam e a Bolsa de Valores de Nova Iorque enfrentou uma queda brusca.

E então, a saída encontrada foi uma maior intervenção na economia, incentivando a atuação da mão invisível do mercado, iniciando então o que ficou conhecido como *Welfare State* (Estado de bem-Estar social), ligado às ideias de Keynes, que visavam a diminuição de crises cíclicas do capital e a intervenção do Estado para regular o mercado, a produção e reprodução social. Além disso, o método de produção fordista foi implementado predominantemente, através da ampliação de emprego, consumo e produção em massa, assim como os salários indiretos (advindo de políticas sociais e direitos trabalhistas) que ampliaram o poder de compra.

A partir do keynesianismo, criou-se mecanismos como o *New Deal* nos Estados Unidos, diminuindo drasticamente o desemprego. Já na Europa, viveu-se de forma mais ampliada o *Welfare State*, pelo fato de ter ocorrido dois elementos que marcaram a história europeia: a 2ª Guerra mundial e a sua devastação territorial e social, elencando elementos que tinham como papel a reconstrução das nações, e o próprio Plano Marshall, apoiando a reconstrução da Europa e a indústria bélica, apostando então na social-democracia formulando os chamados “trinta anos gloriosos” do capital.

O processo de enfrentamento à lógica do capital e do Estado no capitalismo monopolista, no Brasil criou-se um movimento educativo dos educadores populares focado em romper com a hegemonia liberal e conservadora no ano de 1960. Surge então o que atualmente compreendemos por educação popular orquestrado por Paulo Freire, compreendendo que este é o modelo que está em completa consonância com o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

A ideologia dominante frisa uma educação que não formula a capacidade crítica dos sujeitos, compreendendo Freire (2007) que este formato educacional se torna antidemocrático pela sua incapacidade dialógica.

Democrática, jamais separa do ensino dos conteúdos o desvelamento da realidade. É a que estimula a presença organizada das classes sociais populares na luta em favor da transformação democrática da sociedade, no sentido da superação das injustiças sociais. É a que respeita os educandos, não importa qual seja sua posição e classe e, ao mesmo tempo, leva em consideração, seriamente, o seu saber de experiência feito, a partir do qual trabalha o conhecimento com rigor de aproximação aos objetos (...). É a que não considera suficiente mudar apenas as relações entre educadora e educandos, amaciando essas relações, mas, ao criticar e tentar ir além das tradições autoritárias (...) crítica também à natureza autoritária exploradora do capitalismo (FREIRE, 2007, p. 103-105).

Alinhar-se aos ideais da educação popular é também compreender que a forma de fazer educação deve se ater a construção de saber verticalizado, entendendo que a “[...] negação do saber popular é tão contestável quanto sua mitificação, quanto sua exaltação” (FREIRE, 2011, p. 118) e,

Em coerência com a posição dialética em que me ponho (...) a leitura do mundo não pode ser a leitura dos acadêmicos impostas às classes populares. Nem tampouco pode tal leitura reduzir-se a um exercício complacente dos educadores ou educadoras em que, como prova de respeito à cultura popular, silenciam em face do ‘saber de experiência feito’ e a ela se adaptam. A posição dialética e democrática implica, pelo contrário, a intervenção do intelectual como condição indispensável à sua tarefa (FREIRE, 2011, p. 147).

2. O SERVIÇO SOCIAL E A “QUESTÃO SOCIAL” EXPRESSA NA EDUCAÇÃO

2.1 O SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO BÁSICA

E é justamente nas facetas da “questão social” que o profissional do Serviço Social irá intervir, compreendendo como elas se expressam no cotidiano, cujo o enfrentamento envolve a luta pela construção, materialização, consolidação dos direitos sociais, como uma mediação para a construção de uma outra sociabilidade (CFESS, 2011)

Sendo assim, é necessário que o Assistente Social atuante na área da educação, como em qualquer outro espaço sócio ocupacional, se baseie nos fundamentos teóricos metodológicos da profissão, inscritos no Código de Ética Profissional (CEP) de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993), bem como nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS (1996).

Há, a partir da última crise estrutural de 1970, uma tentativa de reestruturação do sistema produtivo e dos Estados nacionais em realizar reformas e assumirem papéis que colocam o Estado para atender aos interesses da burguesia, adotando o sistema neoliberal (Estado mínimo para as políticas públicas e máximo para os capitalistas industriais e banqueiros). Para tanto, recorreram a processos de repressão como a Ditadura Empresarial Civil-Militar no Brasil na década de 1960, em detrimento as conquistas da classe trabalhadora como foi a efetivação da Constituição Federal de 1988. E é a partir desse entendimento que interpretamos a educação atual como mecanismo de legitimação e reprodução do capital, como afirma Lima (2005, p. 4):

Estará expresso através de um ‘imperialismo total’ (FERNANDES, 1975a) que (a) organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, da comunicação e o consumo de massa, até a importação maciça de tecnologia e de uma concepção de educação voltada para a formação da força de trabalho e para a conformação aos valores burgueses; (b) aprofunda as dificuldades para que os países latino-americanos garantam seu crescimento econômico em bases autônomas e, (c) estimula o fato de que nas economias periféricas, como ocorre com os interesses privados externos, os interesses privados internos estejam empenhados na exploração do subdesenvolvimento como estratégia para garantir sua lucratividade.

A disputa pela hegemonia do projeto de educação é dada pelos diversos atores sociais que estão no envolvimento da questão, como sindicatos, movimento estudantil, e aos trabalhadores em geral, compreendendo a educação com potencial de transformação da sociedade junto a luta de toda a classe trabalhadora, com base nas relações sociais do trabalho. As ofensivas do capital na educação se dão por meio da apropriação de alguns mecanismos como reformas curriculares e a formação hegemônica de professores que atendam às solicitações da classe dominante.

Sobre a emancipação humana, recorre-se à Marx (2009, p. 71-72) para a identificação deste processo do ser genérico.

Só quando o homem individual retoma em si o cidadão abstrato e, como homem individual – na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais –, se tornou ser genérico; só quando o homem reconhecer e organizar as suas forças próprias como forças sociais e, portanto, não separar mais de si a força social na figura da força política – (é) só então (que) está consumada a emancipação humana.

Na área educacional o Serviço Social surgiu em 1906, nos Estados Unidos, quando os Centros Sociais designaram visitadoras para estabelecer conexão com as escolas do bairro, com o intuito de identificar a evasão escolar e a falta de aproveitamento das crianças na escola (PIANA, 2009).

A correlação de forças entre as classes e a mobilização nacional pela educação diminuiu drasticamente no século XX, em decorrência de intervenções estatais diretas. Logo, a compreensão é de que a classe trabalhadora deve arraigar os seus interesses em primeiro plano quando nos remetemos aos protótipos e disputa de projetos para a educação, se munindo de reivindicações para projetos que realmente tenham tendência a atender os interesses de classe.

No Brasil, o Serviço Social se constitui a partir da década de 1930 com a criação das primeiras escolas de Serviço Social do país. Neste período se fundamentava a sua atuação através de um viés conservador, configurando-se como profissão, inserida na divisão social e técnica do trabalho. Segundo Iamamoto (2007):

Como um dos mecanismos utilizados pelas classes dominantes como meio de exercício de seu poder na sociedade, em face do crescimento da miséria relativa de contingentes importantes da classe trabalhadora urbana, o Serviço Social, aparece como uma das alternativas às ações caritativas tradicionais, a partir de uma nova 'racionalidade' no enfrentamento da "questão social" (IAMAMOTO, 2007, p. 19).

Identificada essa prática do Serviço Social no enfrentamento às expressões da “questão social”, é importante identificar que há, historicamente, uma negação da educação pública e de qualidade como um direito constituído ao povo brasileiro. Com relação ao contexto de contrarreformas sobre todas as políticas sociais nos anos 1990, incluindo a educação,

O que nem havia sido consolidado começa a ser desmontado. Educação, saúde, previdência e assistência social passam a ser consideradas como mercadorias para contribuir na revitalização do Capitalismo. O tripé da Seguridade Social passa a ser entendido como meio de apropriação do fundo público pela iniciativa privada, proliferando fundos de previdência complementar, planos de saúde conveniados a equipamentos públicos e organizações sociais para gerir as políticas de assistência social. Assim, a partir da segunda metade da década de 1990 tem início o desmonte do que ainda nem havia se consolidado, ficando inconcluso o processo de conquista e efetivação dos parques direitos no Brasil (FILHO; FARAGE, 2019, p. 38).

E, neste contexto, somente em 1990 que o Serviço Social surge no cenário da educação. Essa inserção do Serviço Social na escola ocorre devido à necessidade de um profissional que gerisse serviços de caráter assistencial, que buscasse responder e gerir as expressões da “questão social” que dificultam a evolução do aprendizado e a dinâmica funcional da instituição (VIEIRA, 2016, apud WITIUK, 2004).

É importante destacar que o Serviço Social desde seu surgimento perpassa por vários processos de maturação e mudanças contínuas, processos estes que estão diretamente ligados ao movimento histórico da sociedade.

A transformação societária está ligada ao desenvolvimento do capital que se sustenta a partir das respostas que endossam este modo de produção, que refletem na sociedade com o aumento da exploração e negação dos direitos da população, em especial da classe trabalhadora, sendo todas estas expressões da chamada “*questão social*”. Sobre essa dinâmica na particularidade brasileira:

Por isso tal padrão de hegemonia burguesa anima uma racionalidade extremamente conservadora, na qual prevalece o intento de proteger a ordem, a propriedade individual, a iniciativa privada, a livre empresa e a associação dependente, vistas como fins instrumentais para a perpetuação do super privilégio econômico, sociocultural e político (FERNANDES, 1975, p. 108).

E é por meio deste processo que a profissão se materializa em busca de dar novas respostas para variáveis expressões da “questão social”, ressaltando que o Assistente Social é demandado para atender a classe dominante, em busca de

conter ou amenizar a classe trabalhadora. Sendo assim, em cada momento sócio-histórico o profissional se apresenta através de uma perspectiva teórico-metodológica, oferecendo uma concepção de mundo a fim de interpretar a realidade na qual está inserido seu contexto social, econômico e político. Nos dias de hoje,

O Serviço Social afirma-se como uma profissão, que vem respaldando seu exercício, sistematizações, saberes e a produção científica acumulada por seus pesquisadores no acervo intelectual e cultural herdado fundamentalmente do pensamento social na modernidade, sofrendo, hoje, os influxos da crítica pós-moderna (IAMAMOTO, 2014, p. 622).

Com isso é importante ressaltar que o “[...] Serviço Social na área educacional teve seus avanços, deixando de ser moralizador, passando a trabalhar na tentativa de solucionar os problemas sociais dos estudantes, a fim de garantir sua permanência na escola, ou seja, para garantir seu direito social à Política de Educação” (VIEIRA, 2016, p. 30).

A presente atuação dos Assistentes Sociais na educação está intrinsecamente ligada à expansão dos espaços sócio ocupacionais do Serviço Social na década de 1990 no Brasil, após a promulgação da Constituição Federal brasileira de 1988, e o crescente movimento estatal em atuar frente a formulação, planejamento e execução das políticas sociais, junto a outras frentes da sociedade civil, como resposta às expressões da “questão social”. Seguido do crescimento de atuação do Estado que se materializa via políticas sociais, verifica-se uma expansão quanto as requisições institucionais para com o Assistente Social, que absorve as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa presentes no PEP do Serviço Social, que emerge na mesma década de ampliação, consolidando o quinto código de ética da profissão construído em 1993.

O Estado burguês atua para favorecer o grande capital, a partir de suas complexidades e por instrumentos ideológicos em sua lotação de ferramentas, utilizando as políticas sociais para garantir a subsistência e o controle da força de trabalho.

Gera-se então a manutenção da mais-valia contrastando ao subconsumo, bem como a *supercapitalização*,⁴ valorização e geração de recursos humanos que

⁴ As relações capitalistas tomam forma em lugares que em sua essência não eram mercantilizados, assim como é a Educação.

possam produzir e alavancar ainda mais as formas de deter e gerar superlucro e o próprio desenvolvimento monopolista.

Cita-se também a falsa democracia atrelada a repressão direta através dos próprios aparelhos de segurança do Estado, entendendo também que as políticas sociais são respostas para a luta de classes, como conciliador de classes.

A crise geral do capitalismo, desencadeada na transição entre os anos 1960 e 1970, e as respostas articuladas pelo grande capital provocaram mudanças significativas em diferentes esferas da vida social. A crise das ideologias, o proclamado fim das utopias, devido ao colapso do socialismo real nos países do Leste europeu, e o questionamento dos paradigmas teóricos, políticos e históricos colocaram em debate o projeto da modernidade. Além disso, as grandes promessas da era moderna, como a elevação da humanidade a estágios superiores de vida e os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, não haviam se concretizado. [...] Ampliou-se, a partir de então, o embate entre modernidade e pós-modernidade, destacando-se a novidade dos chamados “novos paradigmas” como caminhos analíticos alternativos para se fazer ciência e se conhecer a realidade social (SIMIONATTO, 2009, p. 5).

Uma transformação recente muito importante na intervenção dos assistentes sociais na política educacional se trata da promulgação da lei nº 13.935 de 2019, que dispõe a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), Lei nº 14.113, de 2020, passa a ser sua principal fonte de custeio (CFESS, 2021).

Entendemos ainda que, o cumprimento de tais disposições expressas na Lei nº 13.935, de 2019, não se apresenta automática, mas, requer da sociedade, das entidades das categorias e de seus conselhos profissionais, necessárias mobilizações que sejam capazes de provocar os gestores estaduais e municipais para a regulamentar a medida e implementá-la nos Sistemas de Ensino da Educação Básica Brasileira (CFESS, 2021, p. ??).

E a partir da promulgação da lei 13.935/2019, os assistentes sociais veem a sua atuação na educação básica se regulamentar, o que é distinto da efetivação da lei nos milhares de municípios do país. A lei foi efetivada com apenas três artigos sem grandes especificações:

Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais. § 1º As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais. § 2º O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de

educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino; Art. 2º Os sistemas de ensino disporão de 1 (um) ano, a partir da data de publicação desta Lei, para tomar as providências necessárias ao cumprimento de suas disposições; Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação (BRASIL, 2019, p. ??).

E, a passos lentos, alguns territórios seguem para a implementação da lei nº 13.935, como exigência estabelecida. O custeio de manutenção dos assistentes sociais e psicólogos na educação básica se dá por meio do FUNDEB.

Art. 26. [...] 70% dos recursos anuais totais dos Fundos referidos no art. 1º desta Lei será destinada ao pagamento, em cada rede de ensino, da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício. II - Profissionais da educação básica: aqueles definidos nos termos do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, bem como aqueles profissionais referidos no art. 1º da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, em efetivo exercício nas redes escolares de educação básica (BRASIL, 2020, p. ??).

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e outras entidades apresentaram em um documento de 2021, subsídios para a implementação da lei nos municípios, junto a exposição de caminhos para a atuação profissional de psicólogos e assistentes sociais, pautando-se em legislações anteriores, e nas próprias dimensões do trabalho profissional, sendo o Serviço Social acoplado as suas dimensões teóricas-metodológicas, técnico-operativa e ético-política.

2.2 O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO SOB ANÁLISE DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DA PROFISSÃO

O trabalho do assistente social na área da educação é, em um primeiro momento, garantir o direito já preconizado nos marcos legais, identificando e intervindo nas expressões da “questão social” que fazem parte desse campo de atuação (CFESS, 2011).

A educação é um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social, ou seja, nas formas de reprodução do ser social, e que numa sociedade organizada a partir da contradição básica entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam sua produção (CFESS, 2011, p. 16).

O conjunto CFESS/CRESS têm como defesa a formação continuada dos profissionais de Serviço Social, para aprimorar a atuação crítica e alinhada aos preceitos básicos da profissão, presentes no PEP.

Em *Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação* (2013) o CFESS faz um levantamento no sentido de apontar as principais requisições do Assistente Social na educação. Dentre elas, destaca a atuação frente a educação inclusiva e a articulação com serviços sociais; a descentralização da educação básica e a autonomia do município, bem como expansão da rede de ensino técnico, ciência e tecnologia e a assistência estudantil, sendo um conjunto de ações em que somos convocados a atuar frente a gerência de oferta e demanda de vagas para a educação infantil.

O documento também cita o aumento das ações e programas sociais às famílias e demandas de operacionalização de Organizações Não Governamentais (ONGs) que atuam na educação, e projetos que viabilizem o acesso e articulação entre educação, esporte e cultura.

E neste mesmo documento citado acima, o CFESS (2013) remonta o histórico de luta do Serviço Social frente a defesa pela educação – Quadro 1.

Quadro 1 - Histórico político do conjunto CFESS/CRESS em defesa da educação pública e da inserção do Assistente Social na educação básica.

2000
Produção do Parecer Jurídico 23/2000, elaborado pela Dra. Sylvia Terra, assessora jurídica do CFESS, sobre a implantação do Serviço Social nas escolas de ensino fundamental e médio, relacionando a pertinência da inserção do Serviço Social na educação a partir das atribuições atinentes à atividade profissional respectiva, estabelecida nos artigos 4º e 5º da Lei 8.662/1993 e também das possibilidades legais dos projetos de lei para a implantação do Serviço Social nas escolas e sua regulamentação nas instâncias de poder municipal e estadual.
2001
Constituição de um Grupo de Estudos sobre o Serviço Social na Educação pelo CFESS, que construiu a brochura intitulada “Serviço Social na Educação”; acompanhamento dos projetos de lei e das legislações já existentes no país a respeito do Serviço Social na Educação, que se tornou uma ação permanentemente trabalhada tanto pelos CRESS, como também pelo CFESS.
2004
Solicitação do CFESS de elaboração de um parecer, por meio da consultoria do Prof. Dr. Ney Luiz Almeida sobre os projetos de lei que versavam sobre a inserção do/a assistente social na área de educação, que resultou no documento intitulado “Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação”.
2005

Instituição de uma comissão de trabalho formada por representantes dos CRESS de cada região do país e de representantes do CFESS, apresentada durante o 34º Encontro Nacional CFESS-CRESS.
2006 Pela primeira vez foi aprovada, no 35º Encontro Nacional do conjunto CFESS-CRESS (2006), a constituição de um Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação, composto por uma/a representante dos CRESS de cada região (sudeste, nordeste, centro oeste, sul e norte) e mais quatro conselheiros/as do CFESS. No entanto, neste momento, não houve possibilidade de efetivar esta proposta.
2008/2012 O Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação reuniu-se com regularidade.
2008/2009 O Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação realizou a sistematização de leis e projetos de lei acerca do Serviço Social na Educação no âmbito municipal, estadual e nacional; incidiu para a ocorrência de adequação das legislações que apresentavam incorreções, tais como a identificação do serviço social com a política de assistência social, bem como a necessidade da ampliação da concepção de “Serviço Social Escolar” para “Serviço Social na Educação”; gestão e acompanhamento frente aos projetos de lei e de emenda constitucional em trâmite no Congresso Nacional.
2010/2011 O Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação elaborou a metodologia para o levantamento de dados referentes à inserção de assistentes sociais na Política de Educação em todos os estados; produção de um roteiro, encaminhado aos CRESS, para orientar as discussões sobre Serviço Social na educação nos estados e regiões; sistematização dos dados coletados e enviados pelos Conselhos Regionais; produção e socialização do documento “Subsídios para o debate (CFESS, 2013).

Elaboração: própria do autor.

Fonte: CFESS, 2013.

Em vistas desta longa trajetória explanada acima, afirma-se que a construção da lei 13.935/2019 é norteadada e construída de acordo com as necessidades dos usuários da política de educação e da pungência da atuação profissional dos Assistentes Sociais, sendo possível verificar que a sua construção não significa sua efetividade de fato.

Somado a trajetória de luta das entidades representativas da profissão, é destacado também a reivindicação dos Psicólogos, para garantir de forma conjunta uma atuação profissional multiprofissional na educação básica

E todos esses campos e diversificação da atuação profissional, revela o reconhecimento do Assistente Social nestes espaços para além do viés técnico-operativo da profissão, sobre em como a instrumentalidade gera

transformações contraditórias, inerente à própria ordem burguesa e ao que é de interesse da burguesia, entre a “inclusão social” e a “valorização da educação e da cidadania”, as desigualdades de acesso à educação no país. Almeida (2011, p. 24) revela, então, que:

Pensar a inserção do Assistente Social na Educação coloca o desafio de compreender e acompanhar teórica e politicamente como que as requisições postas a este profissional estão articuladas às tendências contraditórias da política de educação de ampliação das formas de acesso e permanência na educação escolarizada diante de um cenário em que a realidade local se encontra cada vez mais imbricada com a dinâmica da mundialização do capital (ALMEIDA, 2011, p. 24).

Ainda sobre o documento citado acima, constata-se sobre o trabalho dos Assistentes Sociais que atuam na Política de Educação. Não se expressa, como em outras áreas de atuação profissional, um consenso em torno das atribuições e intervenção do assistente social.

Logo, percebe-se que há subsídio técnico-operativo via Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), utilizando alguns autores da educação como referência teórico-metodológica, haja exemplo Paulo Freire, e leva-se em consideração a educação como direito social alcançado a partir de lutas do poder popular, em efetivar políticas sociais.

2.3 ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO

A atuação profissional do Assistente Social, devido a sua formação generalista, é determinada para trabalhar de acordo com as intensas e inúmeras expressões da “questão social” a partir da análise da totalidade social, que é firmada e investigada na dimensão teórico-metodológica da profissão e ao PEP do Serviço Social.

A revisão da literatura recente sobre os fundamentos do trabalho profissional permitiu concluir que ela se concentra em apreender, sob distintas ênfases, uma dimensão de fundamental importância para caracterizar o Serviço Social: a natureza qualitativa dessa atividade profissional, enquanto ação orientada a um fim como resposta às necessidades sociais, materiais ou espirituais, (condensadas nas múltiplas expressões da questão social) de segmentos sociais das classes subalternas na singularidade de suas vidas: indivíduos e suas famílias, grupos com recortes específicos (IAMAMOTO, 2010, p. 417).

Considera-se como particularidade no trabalho do assistente social alguns focos, como a garantia do acesso da população à educação formal, manutenção da permanência da população nas instituições de educação formal, garantir a qualidade dos serviços prestados no sistema educacional, e viabilizar a gestão democrática e participativa na Política de Educação.

A leitura que os outros profissionais possuem do Assistente social é que o profissional irá intervir nas questões para além da sala de aula. É reconhecido essa atribuição também, mas não só. Estes profissionais também integram as discussões pedagógicas, a partir das contribuições e leitura da realidade que adquirem competência. Há uma diversidade muito grande de entendimento sobre o fazer profissional do Assistente Social, a dada imagem social da profissão.

É inquestionável a função pedagógica desempenhada pelo assistente social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais em que se materializa a prática profissional. Tal função caracteriza-se pela incidência dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos na referida ação, interferindo na formação de subjetividades e normas de conduta, elementos moleculares de uma cultura, aqui entendida, como mencionamos anteriormente, no sentido gramsciano, como sociabilidade (ABREU, 2002, p. 3).

Diante de reflexões para subsidiar o debate da atuação do/a assistente social na área de educação, a atuação do/a assistente social deve estar vinculada à política de educação, aos fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social e ao PEP. E é preciso manter-se firme quanto ao consenso por detrás da “inclusão educacional” nos diferentes níveis e modalidades da política de educação.

Como nos revela Iamamoto (2010, p. 417), “[...] o outro desafio é participar de um empreendimento coletivo, que permita, de fato, trazer, para o centro do debate, o exercício e/ou trabalho cotidiano do Assistente Social, como uma questão central da agenda da pesquisa e da produção acadêmica dessa área”.

Em *Subsídios para atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação* (2013), no decorrer do documento é citado as dimensões relacionadas à atuação do Assistente Social na política de educação que são complementares às atribuições privativas e as competências profissionais fixados na Lei de Regulamentação da profissão e no Código de Ética (1993), citando seis principais dimensões de ações profissionais na política de educação. No decorrer do documento (CFESS, 2013), de forma sucinta, cita-se que há:

Abordagem individual junto às famílias, estudantes e trabalhadores na educação, intervenção coletiva junto aos movimentos sociais, a dimensão investigativa que particulariza o exercício profissional não deve estar desvinculada das demais dimensões do trabalho profissional, a dimensão participativa do controle social, a dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora das informações e conhecimentos no campo dos direitos sociais e humanos, das políticas sociais, de sua rede de serviços e da legislação social que caracteriza o trabalho do/a assistente social, a dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços, no âmbito da Política de Educação, por assistentes sociais tem sido atravessada tanto pela compreensão equivocada de sua relação com a política de assistência social, quanto pela institucionalização dos programas governamentais e dos projetos sociais que particularizam a atuação de assistentes sociais nos estabelecimentos educacionais privados (CFESS, 2011)

Como eixos de reflexão sobre a construção dos subsídios para o trabalho do/a assistente social na política de educação, temos a concepção de educação que deve orientar a dimensão pedagógica do trabalho do Serviço Social de acordo com o PEP, como: a Política educacional e a sua relação com a reprodução social, a superexploração da força de trabalho de educadores e a disputa pela hegemonia, a discussão acerca da educação emancipadora; dos sujeitos políticos, a sua consequência para a política de educação, o respeito às particularidades da política educacional nos âmbitos federal, estadual e municipal, bem como aos mecanismos de controle social da área de educação; o reconhecimento dos intelectuais coletivos e dos consensos na área de educação; produções teóricas sobre a educacional brasileira contemporânea voltada para a intervenção do Serviço Social, à organicidade da política de educação, e por fim, a um projeto de intervenção que atualize o confronto teórico com a realidade.

3. O ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO EM ITABIRITO-MG

3.1 ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITABIRITO/MG E O CENTRO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (CMAEE)

A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) é uma instituição pública que está localizada no município de Itabirito, Rua Araújo Lima, 23, no Centro, terceiro piso do *Itabirense*, CEP: 35450-000.

Segundo o site da Prefeitura Municipal de Itabirito (PMI, 2022), em que a gestão está sob o mandato do prefeito Orlando Amorim Caldeira, iniciado em 2019, a SEMED apresenta como objetivo desenvolver ações visando a construção de uma gestão democrática e participativa, investindo na formação continuada, no fortalecimento do trabalho coletivo, no apoio técnico, pedagógico e administrativo. Ainda apresenta o intuito de promover uma educação de qualidade, pautada nos princípios do respeito aos direitos e deveres, valorizando o ser humano envolvido no processo de ensino aprendizagem.

Atentando assegurar o direito à educação dos cidadãos, como consta no artigo 205 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Salientando que durante a pandemia do Covid-19 (2020-2021), as atividades presenciais nas instituições foram suspensas, sendo adaptadas ao formato remoto e a blocos de atividades impressos que foram distribuídos pelas escolas, contribuindo com o desenvolvimento desses estudantes e a busca para que houvesse diminuição quanto aos índices de defasagem no ensino. Também foram distribuídas cestas básicas para as famílias e produtos de higiene pessoal.

Ressaltando que a política social assegurada de forma eficiente e eficaz impacta na vida da população em todas as escalas, a política educacional não é diferente, pois quando a mesma é defendida e aplicada de forma democrática e inclusiva gera um grande benefício à população, sejam de forma surpreendente ou branda (AVELAR, 2019).

A SEMED conta em sua composição com os seguintes departamentos e instituições: Departamento de Suprimentos da Educação; Centro de Referência Educacional (CRE) – antiga Casa do Professor; Centro Municipal de Educação Infantil Peter Pan (Polo Infantil I); Educação infantil e ensino fundamental; Centros Municipais de Educação Infantil (Cmeis) – 4 e 5 anos – pré-escolas; Centros Municipais de Educação Infantil (Cmeis) – 0 a 3 anos – creches; Escolas Municipais; Nome Completo (APAE); Escolas Municipais – Zona Rural; Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado (CMAEE).

Ao todo a cidade possui 8 escolas municipais no perímetro urbano, 5 escolas municipais na zona rural, 17 pré-escolas municipais, 5 escolas estaduais, 1 Instituição Federal de Minas Gerais (IFMG), 6 creches municipais, 10 escolas particulares e o CMAEE.

É importante ressaltar a presença do CMAEE como um grande precursor e facilitador da tentativa de garantir uma educação democrática e inclusiva, pois é necessário a constituição de escolas com currículos comprometidos em promoção da igualdade, o engajamento cidadão e o combate a todo tipo de exclusão e discriminação. Mas esse trabalho não pode ser separado dos métodos, do “como” da governança e da formulação das políticas. Os processos da política educacional precisam ser democráticos, transparentes e inclusivos, com participação dos cidadãos comuns e dos profissionais da educação, numa verdadeira gestão democrática da educação (AVELAR, 2019).

Como consta no inciso III, do artigo 4º da Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013 (BRASIL, 2013), que introduziu a frequência obrigatória na pré-escola na LDB:

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.

Mesmo que a educação seja declarada como um direito prioritário do cidadão, “[...] ela expressa também os reflexos do mundo do trabalho e sofre as influências do mercado, da nova política de emprego do mundo moderno e da relação público e privado” (PIANA, 2010, p. 191).

O CMAEE foi inaugurado em 2013, sendo um departamento da SEMED que tem por finalidade ofertar serviços especializados de apoio, suporte, colaboração e capacitação para a identificação das necessidades específicas dos estudantes e

professores da Rede Municipal de Ensino, bem como a efetivação de orientações educacionais, visando o desenvolvimento de potencialidades e fomento a melhores condições do desempenho escolar e social. E então, a equipe é subdividida da seguinte forma:

Têm-se a equipe de apoio à *Educação Especial*: Composta por uma psicóloga escolar e uma psicopedagoga, é responsável pelo acompanhamento dos estudantes da educação especial; pela capacitação e supervisão de profissionais de apoio escolar (monitores/mediadores), pela orientação e capacitação dos professores e pelo auxílio do preenchimento adequado do censo escolar. Também é incumbida de orientar e capacitar a comunidade escolar, além de indicar o uso de adaptações razoáveis de tecnologias assistivas, mobiliários adaptados, acessibilidade, sempre em articulação com a rede.

Já a equipe de *apoio à escola* é composta por um psicólogo escolar, uma psicopedagoga escolar, uma fonoaudióloga escolar e uma assistente social. Sua atuação é nas escolas, visando acolher, identificar e analisar as demandas das instituições de ensino. Esta equipe é responsável pela indicação para equipe de atendimento, por dar orientações/estratégias às escolas e aos responsáveis pelos estudantes, e por capacitação à comunidade escolar, prioritariamente com foco na prevenção. Também deve manter articulação com a rede e com a equipe de atendimento. Quando necessário, realiza visita domiciliar para averiguar expressões da “questão social” que possam estar interferindo no âmbito escolar.

Ainda sobre a composição da equipe, menciona-se a de *apoio ao aluno*, que é composta por uma psicopedagoga escolar e uma psicóloga escolar. Esta equipe realiza avaliação educacional dos estudantes indicados pela equipe escolar, a fim de definir condutas adequadas como intervenção individual ou em grupo, encaminhamentos à rede ou orientações à escola e à família. O público desta equipe são os estudantes com transtorno específico de aprendizagem (dislexia, discalculia, disortografia e disgrafia) e trocas surdo/sonoras na escrita. Assim como as demais equipes, deve manter articulação com a rede, e fornecer capacitações à comunidade escolar.

Vale destacar que o aluno é acompanhado pelas técnicas do CMAEE por toda sua vida escolar, de acordo com sua demanda, e que ao frequentar serviços de

saúde ou assistência social ele não deixa de ser assistido, tendo em vista que o trabalho no CMAEE é realizado em articulação entre a rede de educação, saúde, assistência social, além do poder judiciário.

As principais instituições com as quais o serviço mantém articulação são: Centro de Atenção Psicossocial Infantil Juvenil (CAPSIJ); Centro Especializado em Reabilitação Física e Visual (CER II), Unidade Básica de Saúde (UBS); Centro Municipal de Reabilitação e Fisioterapia: saúde auditiva, motricidade orofacial, patologias da voz e alterações da fala e da linguagem oral; Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); Conselho Tutelar: encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente; Poder Judiciário: colaboração com a promotoria e participação em audiências, quando solicitado; Nome Completo (IES): parceria com docente e discentes; Rede privada: profissionais de saúde que atuam na rede privada.

O trabalho desenvolvido no CMAEE ocorre de segunda-feira a sexta-feira, das 12 horas às 17 horas, sendo as tarefas divididas por semana. A dinâmica do trabalho antes da pandemia era a seguinte: na primeira semana ocorriam visitas às escolas; durante a segunda semana, resolução das demandas; na terceira semana, visitas às escolas; e na quarta semana, resolução das demandas. Durante a pandemia essas atividades ocorreram via plataforma remota *Google Meet*. E todas as quintas-feiras ocorria a reunião com a equipe técnica do CMAEE.

Em detrimento às contribuições dos conhecimentos específicos e do trabalho especializado para a formação de uma nova sociabilidade, estão também na sua capacidade de fortalecimento do movimento capitalista, visto que:

O capital passa a necessitar de produtores com capacidades específicas, tanto para a produção como para a circulação de mercadorias. A fragmentação e a alienação do trabalho penetram, assim, a esfera da ciência e da produção de conhecimento, sempre aplicado ao desenvolvimento de novos valores de uso (LEÃO, 2018, p. 11).

Compreende-se também que em uma sociedade construída pelo operariado, os trabalhadores não se resumem a sua profissão, mas sim a sua objetividade e subjetividade.

Em uma organização comunista da sociedade desaparece a inclusão do artista na limitação local e nacional, que responde exclusivamente à divisão do trabalho, e a inclusão do indivíduo nesta determinada arte, de modo que

seja apenas pintor, escultor, etc., e o próprio nome expressa com bastante eloquência a limitação de seu desenvolvimento profissional e a sua subsunção à divisão do trabalho. Em uma sociedade comunista, não haveria pintores, porém, quando muito, homens que entre outras coisas, também ocupam de pintura (MARX, 1978, p. 353).

Tonet (2005) apresenta alguns dos requisitos para que possamos caminhar de fato através da educação para a emancipação humana, no entanto o quarto requisito entra aqui como destaque, sendo:

Um quarto requisito de uma prática educativa emancipadora está no domínio dos conteúdos específicos, próprios de cada área do saber. Sejam eles integrantes das ciências da natureza ou das ciências sociais e da filosofia. Aqui também é preciso enfatizar que de nada adianta, para as classes populares, que o educador tenha uma posição política favorável a eles se tiver um saber medíocre. Pois, a efetiva emancipação da humanidade implica a apropriação do que há de mais avançado em termo de saber e de técnica produzida até hoje (TONET, 2005, p. 150).

Ou seja, a emancipação humana por meio da educação só se concretiza quando se tem a aliança de um denso conhecimento específico advindo do ser social com um projeto social baseado na superação do sistema capitalista.

3.2 ATUAÇÃO DA ASSISTENTE SOCIAL, ESTRATÉGIAS E PERFIL DOS USUÁRIOS NA EDUCAÇÃO EM ITABIRITO

Souza (2008) pondera acerca da abertura de campo para a atuação profissional do Assistente Social, que encontra um ambiente fértil e em ascensão na área da educação:

O leque de atuação do exercício profissional é extenso, assim como, as possibilidades de articulação com outras áreas do campo do saber. O campo da política da educação, por exemplo, representa uma atuação mais ampla do serviço social – Secretaria de Educação, Conselho de Educação, Escola nos diferentes ciclos/níveis de formação, na elaboração, gestão, coordenação de programas e projetos, realização de pesquisas, diagnósticos sociais, pareceres e outras ações (SOUZA, 2008, p. 95).

Não é possível mascarar as problemáticas decorrentes do capital, se quisermos ter uma identidade comprometida com a revolução e emancipação da sociedade, vislumbrando de fato a liberdade, sendo a educação um facilitador deste enorme processo que envolve toda a ordem societária vigente. É uma necessidade urgente a transformação coletiva, de derrocada do formato de educação burguesa

atual, para uma educação que caminhe no sentido da emancipação humana, através do conhecimento, debate e consciência de classe, no que Marx (1985) cunha de movimento de classe em si para classe para si:

As condições econômicas transformaram, em primeiro lugar, a massa do povo em trabalhadores. A dominação do capital sobre os trabalhadores criou a situação comum e os interesses comuns dessa classe. Assim, essa massa já é uma classe em relação ao capital, mas não ainda uma classe para si mesma. Na luta, da qual indicamos apenas algumas fases, essa massa se une e forma uma classe para si. Os interesses que ela defende torna-se interesses de classe (MARX, 1985, p. 90).

Compreende-se, então, que o capital direciona a educação de modo a limitar o campo ideológico, pois Mészáros (2005, p. 26) afirma que:

Não surpreende, portanto, que mesmo as mais nobres utopias educacionais, anteriormente formuladas do ponto de vista do capital, tivessem de permanecer estritamente dentro dos limites da perpetuação do domínio do capital como modo de reprodução sociometabólico (MÉSZÁROS, 2005, p. 26).

Para iniciarmos o debate da atuação profissional na política de educação do município de Itabirito, faz-se necessário conhecermos o território ao qual os Assistentes Sociais se inserem, sendo que essa cidade fica entre a capital mineira de Belo Horizonte e a cidade de Ouro Preto – MG. O município está situado na região central de Minas Gerais, em que seu povoamento teve início no final do século XVII, com a chegada dos colonos e imigrantes que ocuparam as terras da região e em pouco tempo formou arraiais e vilas.

Com o povoamento na sede de Itabira do Campo (Itabirito) e nos distritos (Acuruí, Bação e São Gonçalo do Monte), iniciou-se as primeiras explorações do ouro e ao longo desta época a economia do município girava em torno do Distrito de Acuruí, um dos braços da Estrada Real, ligando Sabará a Ouro Preto. O Pico de Itabirito foi um marco geográfico para os deslocamentos das expedições pelo Rio das Velhas e a edificação de grande parte dos antigos templos religiosos de Itabirito (IBGE, 2017).

Em 1880 a crise se instaurou na região, na produção aurífera em especial, após o desabamento da Mina de Cata Branca (a principal da região), quando iniciou um expressivo desaquecimento econômico que impactou a vida social e cultural da população local (IBGE, 2017).

É após este período que inicia a chegada de empresas nos ramos da siderurgia, tecidos e couro, com a construção da linha ferroviária “Estrada de Ferro

Dom Pedro II”, que mudou a imagem colonial da cidade e implementou um cenário industrial. Por conseguinte, ocorreu a emancipação do município em 7 de setembro de 1923 (IBGE, 2017).

Localizado na região do Quadrilátero Ferrífero⁵, hoje o município tem como principal fonte econômica a mineração, tendo a empresa Vale e a Nome completo (SAFM) Mineração como principais empregadoras e exploradoras da região. A cidade abriga também outros ramos dinâmicos nos setores da indústria e de serviços. Atualmente, o município desenvolve-se buscando equilibrar as necessidades do presente e a valorização do seu patrimônio cultural, referência importante sobre as histórias que antecederam ou acompanharam a formação de Itabirito (IBGE, 2017).

Em 2020 a população estimada do município se encontrava em 52.446 habitantes e a taxa de escolarização entre 6 e 14 anos era de 99,4%, maior porcentagem entre as cidades localizadas na região. Em 2019, a população ocupada era de 33,4%. O percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salários-mínimos em 2010 era de 30,5%. Destaca-se que o Produto Interno Bruto (PIB) per capita da cidade é o mais alto da região no valor de R\$ 54.869,57 conforme o IBGE (2020).

O público da política de educação da cidade de Itabirito é de 6383 estudantes nas escolas municipais do município, sendo que 84 destes são atendidos pela equipe do CMAEE, sendo estes dados do ano de 2019 (AUTOR, ANO). Esses 84 estudantes usuários da Educação Especial possuem algumas necessidades básicas que necessitam de um atendimento mais específico que é feito pela equipe do CMAEE juntamente a escola e as famílias.

É importante dizer que os estudantes Itabiritenses, com a chegada da pandemia ocasionada pelo vírus do Covid-19, não tiveram acesso às instituições e as aulas foram adaptadas para a modalidade de ensino remoto. Para cada particularidade foi estabelecido um planejamento em consonância com os ditos mercadológicos e capitalistas, como para aqueles estudantes que não possuem acesso à internet durante esse período estarem fazendo atividades através do bloco de atividade que foi disponibilizado pelas escolas. E para aqueles que fazem parte

⁵ Fica assim denominada a região Centro-Sul de Minas Gerais, pela sua produção em larga escala de minério de ferro bruto.

da educação especial, foram enviados blocos adaptados de acordo com suas necessidades.

Coube ao Serviço Social, diante das condições sanitárias que limitaram o acesso desta população ao ensino regular, pautar-se em esclarecer as determinantes deste atual formato de ensino, realizando um acompanhamento sistematizado acerca da situação do estudante, removendo a responsabilidade de sua situação que se cerca de expressões da “questão social”.

[...] a atuação profissional teórica e política se manifesta na luta ideológica para levar o Serviço Social a desculpabilizar à população das situações-problema que em seu imaginário apresentam as questões do cotidiano como resultantes de falhas individuais ou falta de sorte (FALEIROS, 2015, p. 75).

Para preservar a identidade da atual assistente social do CMAEE, vamos a denominar de Laura Silva, compreendendo ser este um nome fictício.

O trabalho da assistente social neste espaço sócio ocupacional se movimenta em orientar os estudantes e familiares em tais situações como “fracasso” escolar, “indisciplina”, atitudes e comportamentos agressivos e violentos, evasão escolar, pluralidade e respeito à diversidade, a relação escola-comunidade, crianças e adolescentes vítimas de violência, a questão dos atos infracionais, a questão étnico-racial na escola, diversidade de orientação sexual, compreendendo ser estes um conjunto de situações interligadas à vida cotidiana dos estudantes e de suas famílias que podem comprometer o bom desempenho escolar dos mesmos.

Logo, a atuação da Assistente Social na política de Educação deve ser entendida como um ambiente sócio ocupacional que intervém de forma direta as expressões da “questão social” que abrangem os usuários destes territórios:

[...] analisar sua inserção na área de educação não como uma especulação sobre a possibilidade de ampliação do mercado de trabalho, mais como uma reflexão de natureza política e profissional sobre a função social da profissão em relação a estratégias de luta pela conquista da cidadania, através da defesa dos direitos sociais e das políticas sociais (ALMEIDA, 2000, p. 2).

Deste modo a sua intervenção se baseia no atendimento individual e familiar em articulação dos casos com a equipe do CMAEE, determinadas pelas atribuições privativas e das competências profissionais do Serviço Social. A busca ativa é um dos instrumentos utilizados, que tem como foco na prevenção da evasão escolar, sendo este o instrumento onde o profissional encontra mais desafios em

desenvolver as ações, pois para fazer a intervenção necessitam do transporte a serviço do município, que encontram entraves quanto a sua disponibilização.

Durante o período pandêmico essa ação se pautou em compreender acerca dos motivos e fatores aos quais os alunos não estariam fazendo suas atividades escolares. Compreendendo que esta ação se não atrelada a instrumentalidade crítica do Serviço Social, pode adotar um viés conservador, *punitivista* e de total vigilância ao cotidiano do usuário.

Vasconcellos (2015, p.8) reafirma o que se constata acima:

O Projeto Ético-Político é hegemônico na academia e nas Entidades representativas da categoria, mas no exercício profissional a mesma hegemonia não é identificada. Sem dúvida, para se avançar hoje na profissão, se faz necessário recuperar as lacunas da década de 1980 e a intervenção é a prioridade.

No trabalho profissional do CMAEE são realizadas também visitas domiciliares, em articulação com a rede municipal de serviços socioassistenciais. Também há planejamento e distribuição de cesta básica para as famílias cadastradas, discussões de casos com a equipe multidisciplinar, planejamento de ações que visem à prevenção de conflitos sociais e educacionais.

Dizer, então, que a educação é um ato político significa dizer que a educação não está divorciada das características da sociedade, ao contrário, ela é determinada pela sociedade na qual está inserida. E, quando a sociedade é dividida em classes cujos interesses são antagônicos, a educação serve a interesses de uma ou de outra das classes fundamentais (SAVIANI, 2013, p. 26).

Em diálogo com a afirmativa de Saviani (2013), norteia-se que a atuação profissional do Assistente Social no campo da educação não se destoa inclusive do compromisso do PEP da profissão, havendo fixado que deve-se defender um projeto societário que caminhe rumo a emancipação humana que só pode surgir a partir da total eliminação do processo alienatório intrínseco ao movimento do capital.

No entanto, tanto o projeto de educação quanto o PEP do Serviço Social encontram-se no campo da disputa *ideo-política*, dentre diversas movimentações e correntes teóricas que podem endossar ou seguir para uma possível rompimento com o capital, elencando que aqui podem haver outras concepções societárias.

Como incremento às ações que foram desenvolvidas em 2021, a Assistente Social caminhou na perspectiva de elaborar e realizar formações para os

educadores, famílias e estudantes com temas referentes a Violência Doméstica contra crianças e adolescentes, Fluxograma de atendimento às vítimas de violência, Fluxograma de encaminhamento à rede de serviços, Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, Projeto de prevenção da infrequência e evasão escolar - descumprimento da condicionalidade do Programa Auxílio Brasil, Projeto Práticas Restauradoras – prevenção e conflitos pessoais e sociais.

O Plano de Trabalho acima é um modelo resumido do que foi implementado nas escolas da cidade. Porém, é necessário que sejam elaboradas ações específicas para cada escola, avaliando suas necessidades e planejando objetivos de acordo com a realidade socioeconômica da comunidade escolar.

Logo, coloca-se como desafio profissional, reafirmar o caráter pedagógico neste ambiente, a partir das intensas e diversificadas relações que ali irão se estabelecer, tais como: profissional e usuário, profissional e profissional, profissional e coordenação, profissional e família etc., verificando, então, o que tais sujeitos compreendem pelo trabalho do Serviço Social na instituição, sendo essa a imagem social da profissão.

Portanto, a inclusão do profissional de Serviço Social na Educação não se vê apenas como um caminho para o alargamento do mercado de trabalho, mas sim, pela importância da atribuição social da profissão, que tem como objetivo usar métodos que proporcionem a conquista da cidadania defendendo os direitos sociais de cada um (LIMA, 2018, p. 12).

Essa citação de Lima (2018) dialoga diretamente com o que está indicado pelo CFESS:

Discutir a contribuição do Serviço Social para a garantia deste direito, nos remete obrigatoriamente a temas que atravessam a realidade social, política, econômica e cultural, mas que, nem sempre são identificadas no dia a dia da escola e por muitas vezes ficam ao largo das políticas educacionais (CFESS, 2001, p. 11).

Chama a atenção o planejamento traçado pela profissional em sua atuação profissional, compreendendo que:

[...] Não há como dar visibilidade, estudar e enfrentar as questões relevantes manifestadas no exercício profissional, sem abordá-las a partir de situações concretas conectadas à totalidade social, o que tanto exige como resulta em apreender essas situações como expressão do conjunto das práticas profissionais, parte e expressão da práxis social, o que, enquanto tal, tem a possibilidade de revelar o que de dominante elas incorporam, objetivam, reproduzem, multiplicam ou resistem, rebatem, contestam, repelem, combatem. É ao revelar a lógica e a dinâmica da atividade profissional – individual e coletiva/equipe – nos diferentes espaços

sócio ocupacionais, o que nos conecta ao movimento da prática social existente, que as possibilidades e oportunidades de uma prática mediada pelo projeto profissional poderão ser apreendidas. As respostas estão na realidade, mas não se revelam por si mesmas, nem a partir do que está aparente no fazer profissional (VASCONCELLOS, 2015, p. 457-458).

Compreende-se que o planejamento é também uma atribuição do Serviço Social. O CFESS (2012, p. 44-46) fixa nos artigos 4º e 5º, através da Lei 8.662/93, que uma das atribuições do Serviço Social é:

Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito do Serviço Social com participação da sociedade civil. Planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais. Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais. Planejamento, Organização e administração de Serviços Sociais e de Unidades de Serviço Social. Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; e, planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidades de Serviço Social.

A contribuição da Assistente Social é construir junto com o coletivo escolar formas de lidar com os entraves e criar soluções nas quais a educação convive atualmente. Sendo relevante a formação de cidadãos conscientes e conhecedores de sua existência e localização social e econômica na sociedade, criando espaços para a construção da real liberdade, a partir da mutação do processo produtivo que possa elencar a emancipação humana.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da caracterização da inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho e considerando as particularidades do trabalho do/a assistente social no âmbito educacional, sugere-se alguns temas centrais para a formulação do debate e amadurecimento da categoria no espaço sócio ocupacional da educação:

Analisar o Plano Nacional de Educação, atrelado a promoção ampla acerca de problematizações dos espaços de discussão e deliberação e acompanhamento e análise das deliberações das Conferências Nacionais, Estaduais e Municipais de Educação, elencando também as produções intelectuais para além do Serviço Social sobre a política educacional, realizando uma análise do levantamento dos programas governamentais e do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), articulação também com os movimentos sociais e diferentes segmentos que compõem a comunidade escolar e por fim, fomentar a participação profissional no controle social.

O Serviço Social no campo da educação é inserido na equipe multidisciplinar, que alinhado à perspectiva do educador pode contribuir fortemente para a trajetória escolar do educando, compreendendo o campo do cotidiano destes estudantes, sendo viabilizado ao profissional retirar as suas vendas e desvelar toda a realidade traduzida em expressões da “questão social”, agindo de forma conjunta sob o determinado objeto de trabalho, emergindo as principais dimensões de atuação profissional, tais como: o ético-político, teórico-metodológico e o técnico-operativo.

Chama-se atenção também sobre a inserção do Serviço Social na área da Educação, nos processos de trabalho coletivos em equipes multidisciplinares, na perspectiva do trabalho interdisciplinar e na formação/assessoria a outros educadores. Para este ponto, devemos ter como centralidade a articulação entre os diversos trabalhadores das políticas sociais, fortalecendo a profissão e sua inserção nas lutas sociais em defesa das políticas sociais, construindo coletivamente, excluindo concepções e fazeres assistencialistas, imediatistas e pontuais.

São propostas de referências para debates sobre o trabalho do assistente social a delimitação de ações, a condução de abordagens individuais e grupais como possibilidades de apreensão e enfrentamentos institucionais, a articulação com outras instituições públicas e poderes para assegurar os direitos sociais e

humanos. Bem como, o desenvolvimento de ações voltadas para as famílias, a incorporação de instrumentos de planejamento, avaliação e sistematização, a partir da elaboração de projetos de intervenção que valorizem a dimensão crítica, propositiva e investigativa do exercício profissional.

E, por fim, as reflexões sobre a atuação do/a assistente social no campo educacional devem articular o acúmulo teórico-crítico do Serviço Social em relação ao campo das políticas sociais e dos direitos sociais, das competências e atribuições privativas previstas na Lei de Regulamentação da Profissão com as particularidades da política educacional.

Reconhecer que no interior da Política de Educação se manifestam mais do que as expressões da “questão social” que interferem no processo de ensino e aprendizagem, entendendo que estas extrapolam o fazer profissional dos educadores e que ignorar tais fatos podem levar a violação de direitos dos/as educandos/as, o que tem provocado o adoecimento dos mais diversos profissionais da educação.

É preciso caminhar para uma formação humana integral e emancipatória, e para tal é necessário a afirmação do atendimento das necessidades sociais e comunitárias, dos direitos sociais, valores democráticos e de justiça social, caminhando para a consolidação da verdadeira liberdade que só será possível a partir da formulação de uma nova ordem societária, que não esteja baseada na exploração, expropriação e opressão.

Dessa forma, a atuação do Serviço Social espalha-se como possibilidade de enfrentamento das manifestações da “questão social”, o diálogo com as demais Políticas Sociais e com os diversos sujeitos individuais e coletivos. Afirmando, então, a necessidade de institucionalização do Serviço Social na Educação a partir do seu significado social, considerando:

A necessidade de identificar e propor alternativas de enfrentamento às condições sociais, econômicas, aos fatores culturais, às relações sociais marcadas por diferentes formas de opressão que interferem nos processos educacionais, bem como a proposta sobre o reconhecimento de inclusão dos conteúdos referentes aos direitos humanos na elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos, a orientação à comunidade escolar e à articulação da rede de serviços existente visando ao atendimento de suas necessidades e da “Educação Inclusiva”, ao incentivo à

inserção da escola na comunidade e a articulação das políticas públicas, e das redes de serviços.

Por meio de algumas buscas ativas feitas pelo autor deste trabalho de conclusão de curso ainda enquanto estagiário, foi possível observar as expressões da “questão social” no âmbito familiar, realizando naquele espaço orientações às crianças e adolescentes nas atividades escolares.

Com a inserção no campo de estágio na área da educação se faz ainda mais pertinente a intensificação do debate feito em defesa de uma educação inclusiva e democrática, buscando no cotidiano entender a historicidade e a “questão social” que envolve a educação no Brasil, a fim de estabelecer estratégias para lidar com essas situações. É preciso analisar a educação para além do capital, fazendo uma educação democrática e inclusiva, a partir de uma formação de cidadãos cada vez mais autônomos.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Disponível em:

http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigena.pdf < Acesso 25 outubro 2021>

_____. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Disponível em:

http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigena.pdf < Acesso 28 outubro 2021>.

ABESS/CEDEPSS. Caderno ABESS n. 07. *Caderno Especial: Formação Profissional: trajetórias e desafios*. Cortez, São Paulo: 1996.

ABREU, M. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

ALMEIDA, N. L. T. O Serviço Social na educação. *Revista Inscrita Conselho Federal de Serviço Social*. Brasília, ano 3, n.6, p. 19-24, jul. 2000.

AVELAR, Marina. **O público, o privado e a despolitização nas políticas educacionais. Educação contra a Barbárie. Por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. São Paulo: Boitempo, p. 73-82, 2019.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. 9º ed. Cortez. São Paulo, 2011.

BOSCHETTI, I. **Seguridade social e trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social**. Brasília: Letras Livres/Editora da UnB, 2006.

BRASIL. **Constituição 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. <Acesso: 30 outubro 2021>.

_____. Lei nº 9394 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação Nacional. Brasília, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. <Acesso: 20 outubro 2021>.

_____. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília, 25 de setembro de 2008; 187o da Independência e 120o da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm < acesso: 18 outubro 2021>.

_____. Lei nº 12.796 de 4 de abril de 2013. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 4 de abril de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. < Acesso:15 outubro 2021>.

_____. Lei nº 13.935/2019 - Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm. Acesso em: 13 janeiro 2021.

CABRAL, A; SILVA, C; SILVA, L. Teoria do capital humano, educação, desenvolvimento econômico e suas implicações na formação de professores. Revista Principia, Paraíba, nº 32, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/viewFile/1070/575>. Acesso em 21 de abril 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética profissional do Assistente Social**. Brasília, 1993.

CFESS/CFP. **Psicólogas (os) e assistentes sociais na rede pública de educação básica: orientações para regulamentação da Lei nº 13.935, de 2019 / Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Serviço Social**. — 1. ed. — Brasília: CFP, 2021. 50 p.; 21 cm

CFESS/CRESS. Subsídios para atuação de assistentes sociais na Política de Educação. *GT Serviço Social na Educação*. Brasília: 2011. Disponível em:

http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf. Acesso em 29 de outubro 2021.

CFESS. **Serviço Social na educação**. Brasília, Distrito Federal. 2001

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e saber institucional**. 11. Ed. São Paulo, 2015.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. 2ª Edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.

FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André (Orgs.). **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2010. (Col. Pensamento Político-Social, v.3).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 42.^a edição.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GONÇALVES FH, A.; FARAGE, E. Educação superior pública e o Future- se. DOI: 10.12957/REP.2019.45210. *Em pauta*, Rio de Janeiro 2o Semestre de 2019 - n. 44, v. 17, p. 33 – 49.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil – Esboço de uma interpretação histórico metodológica**. São Paulo: Editora Cortez, 1995.

_____. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. *Serviço Social & Sociedade*, p. 608-639, 2014.

IAMAMOTTO, Marilda Vieira. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** – 3. ed. São Paulo, Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda. **O trabalho do assistente social em tempo de capital fetiche.** In: Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 9ª Ed. São Paulo, Cortez, 2010, p. 414-452.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - **Cidades.** Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ltabirito/historico>. <Acesso:17/08/2021>

LEÃO, P. **O Serviço Social por um projeto classista de educação.** ENPES, 2018.

LEHER, Roberto. **Organização, estratégia política e o Plano Nacional de Educação. Marxismo 21, 2014** (páginas 1-23). Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/08/R-Leher-Estrat%C3%A9gia-Pol%C3%ADtica-e-Plano-Nacional-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 29 outubro 2021.

LIMA, D. **Serviço Social na Educação: desafios e possibilidades da inserção profissional na política de educação.** IESF, 2018.

MARX, K. **Elementos fundamentais para a crítica da economia política (Grundrisse).** 3º v. México: Siglo XXI, 1978.

_____. **Teorias sobre a mais-valia: história crítica do pensamento econômico – Livro Quarto de O capital.** v. 2. São Paulo: Difel, 1983.

_____. **O capital: crítica da economia política - Livro Primeiro.** São Paulo: abril Cultural, 1984.

_____. **Para a questão judaica.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

_____. **O Capital: crítica da economia política [Livro I].** 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011. 894 p.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista.** Petrópolis: Vozes, 1988.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista [1848],** tradução de Sueli T. B. Cassal, Porto Alegre-RS: L&PM, 2011, 144 p.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: 8º Ed. Cortez Editora, 2011. Pág. 19 a 34.

_____. **Economia política, uma introdução crítica: à acumulação capitalista e o movimento do capital, cap.5**. São Paulo: Cortez, 2012. p 137 a 154.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1ªed. São Paulo: Expressão popular. 2011.

_____. **Cinco notas a propósito da “Questão Social”**. in Revista Temporalis nº3, Brasília: ABEPSS, 2001 (p.41 a 49).

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do Capital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2005.

PIANA, Maria Cristina. Serviço Social e Educação: olhares que se entrecruzam. *Serviço Social & Realidade*, 18.2 (2010): 182-206.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO. Secretaria municipal de educação. Disponível em:
<https://ltabirito.mg.gov.br/secretarias/educacao/secretaria-municipal-de-educacao>.
 <Acesso: 17 outubro 2021>.

RIBEIRO, B, D. SANTOS. **Pandemia aumenta risco de trabalho infantil e exclusão escolar, principalmente entre crianças negras** .2021. Disponível em:
<https://livredetrabalho infantil.org.br/noticias/reportagens/pandemia-aumenta-risco-de-trabalho-infantil-e-exclusao-escolar-principalmente-entre-criancas-negras/>.
 Acesso:<16 outubro 2021>.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 42ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. – (Coleção polêmicas do nosso tempo; 5).

_____. **A pedagogia histórico crítica, as lutas de classe e a educação escolar**. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 5, n. 2, p. 25 - 46, dez. 2013.

SIMIONATTO, I. **Expressões ideo-culturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-prática.** In: Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

SOUZA, I. L. **Serviço Social na educação: saberes e competências necessárias no fazer profissional.** (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Natal, 2008.

TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana.** Ijuí: Unijuí, 2005.

Disponível em:

http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/EDUCACAO_CIDADANIA_E_EMANCIPACAO_HUMANA.pdf. Acesso em 22 março 2022.

VASCONCELOS, Ana Maria. **A/O Assistente Social na Luta de Classes.** 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

VIANA, N. A. **Mercantilização das relações sociais.** 2ª edição. Curitiba: Appris, 2018.

VIEIRA, M. **O serviço social na política de educação escolar/Maira Figueiredo Vieira.** Pouso Alegre: 2016.122f.